

ADOÇÃO CONJUNTA POR CASAIS HOMOAFETIVOS

Adriana Ferrari¹

Flora Pereira Dorado de Oliveira²

Soraya Águida Brandão de Proença³

Orientadora: Prof^a. Ms. Rosiane Follador Rocha Egg⁴

RESUMO

Tendo em vista que as relações familiares sofreram significativas alterações ao longo dos anos, é importante que o Direito acompanhe essas modificações, na medida em que é através dele que as relações serão tuteladas. Isso inclui as uniões homoafetivas, as quais estão cada vez mais presentes na sociedade contemporânea.

Tão importante quanto tutelar essas uniões, é permitir a essas pessoas, a possibilidade de adotar, sendo que toda e qualquer decisão neste âmbito deve levar em consideração o princípio da dignidade humana, da não discriminação e do maior interesse da criança ou adolescente, olvidando-se dos preconceitos arraigados na sociedade e das conjecturas infundadas dos juízos homofóbicos.

Palavras-chaves

adoção; família; adoção homoparental; adoção por par homossexual; família homoafetiva;

RESUMEN

Considerando que las relaciones familiares sufrieron significativas modificaciones a lo largo de los años, es importante que el Derecho acompañe dichas alteraciones, en la medida en que es a través de éste que las relaciones son tuteladas. Esto incluye las uniones homoafectivas,

¹ Profissional da Área de Estética formada pelo Professional School Lady & Lord; Cursando o 5º Período de Direito nas Faculdades OPET; *adrianaferrarimt@hotmail.com*

² Profissional da Área de Gastronomia formada pelo SENAC/RO; Cursando o 5º Período de Direito nas Faculdades OPET; *floradorado@hotmail.com*

³ Licenciada em Pedagogia UTP; Pós Graduada em Metodologia de Ensino de 1º e 2º Graus pelas Faculdades Integradas Espírita; Funcionária Pública Estadual Aposentada; Cursando o 5º Período de Direito nas Faculdades OPET; *sorayabrandao@brturbo.com.br*

⁴ Mestre em Educação pela UTP, especialista em Direito Aplicado pela EMAP, professora de Direito de Família do curso de Direito das Faculdades OPET.

las que están cada vez más presentes en la sociedad contemporánea.

Tan importante quanto tutelar tales uniones, permitir a esas personas, la posibilidad de adoptar. Toda y cualquier decisión en este ámbito debe considerar el principio de la dignidad humana, de la no discriminación y del mayor interés del niño o adolescente. Así como también, olvidar los preconceptos arraigados en la sociedad y las conjeturas infundadas de los juicios homofóbicos.

Palabras claves

adopción; familia; adopción homoparental; adopción por parhomosexual; familia homoafectiva.

1 INTRODUÇÃO

Busca-se no transcórrer deste artigo tratar de forma clara e simples, com muito respeito e sem discriminação ao próximo, aspectos sobre a adoção homoafetiva com embasamento jurídico na Constituição Federal, no Novo Código Civil/02, no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, bem como no entendimento jurisprudencial sobre o assunto, os projetos de leis relativos ao tema que estão tramitando no legislativo brasileiro, fazendo também um estudo comparado com o tratamento dado por outros países.

A adoção entre pessoas de mesmo sexo, acertadamente denominada de união homoafetiva por Maria Berenice Dias⁵, é um dos temas mais polêmicos e de maior dificuldade de enfrentamento pelos nossos juízes singulares e tribunais pátrios.

A Constituição Federal de 1988, ao alterar a visão do casamento como sacramento reconheceu a pluralidade de constituição de famílias, equiparou os filhos adotivos aos naturais e eliminou a diferença entre os filhos havidos dentro ou fora da constância do casamento. Consagrou e erigiu a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, bem como reconheceu e elucidou princípios democráticos e direitos humanos, como a igualdade, a não-discriminação e a liberdade.

Operou-se, portanto, um processo de mudança no conceito de família, necessitando esta ter sua definição reelaborada frente às transformações por que passou a sociedade. Neste contexto, o Estado passa a proteger todos os microsistemas sociais, indistintamente, cujas relações se baseiam em laços afetivos/volitivos, criadores dos enlaces familiares.

Em virtude das transformações sociais, o legislador através da Lei 12.010/09 veio

⁵ Ex Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Advogada.

suprir uma lacuna no ordenamento brasileiro ao declarar no artigo 42, § 2º que “Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família”.

Contudo, a adoção homoparental, ou seja, adoção por par homossexual é ainda, nos dias atuais, cercada de tabus e as opiniões a respeito do assunto divergem, devido ao preconceito enraizado na cultura brasileira e os movimentos religiosos com o intuito de coibir esse tipo de relação familiar.

É importante entender como ocorre o processo de adoção no Brasil diante do ordenamento atual, bem como as condições e formalidades a que deve se submeter o adotante. Passemos a examiná-las.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM RAZÃO DAS CRIANÇAS VULNERÁVEIS

Ao se analisar o tamanho do país em que vivemos e o número de habitantes existentes, fazendo uma análise simplória da situação econômica das famílias e do poder de atuação do Estado perante uma parcela gigante da sociedade, que vivem em situação desprivilegiada em detrimento de uma minoria que detém o poder, se têm uma demonstração da desigualdade social no Brasil.

É neste contexto social que nos deparamos com um número relativamente alto de crianças abandonadas. Orfanatos e abrigos lotados de crianças e adolescentes, esperando o momento de ser inserido em um seio familiar seguro recebendo carinho e amor necessários ao seu desenvolvimento pleno. Sem deixar de mencionar as crianças e adolescentes que vivem na rua.

Conforme Maria Berenice Dias⁶ (2011, p. 484):

A lei de adoção 12.010/09, no seu primeiro dispositivo confessa que a intervenção do Estado é prioritariamente voltada à orientação, apoio, promoção social da família natural, junto à qual a criança e o adolescente devem permanecer. Somente em caso de absoluta impossibilidade, reconhecida por decisão judicial fundamentada, serão colocadas em família substituta, adoção, tutela ou guarda.

A família natural sem dúvidas sempre vai ser o local ideal para a criança ser

⁶ DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

criada com “amor e carinho”, mas sabemos que essa não é a realidade para muitas de nossas crianças.

O Estado tenta promover o bem estar social, contudo não consegue promover políticas sociais suficientes, para dar às crianças e aos adolescentes um ambiente digno, que substitua temporariamente o familiar, muito embora tenha previsão legal da família substituta.

Rossato, Lépure e Cunha⁷ (2010, p. 161) ensinam que a “família substituta é aquela que se forma a partir da impossibilidade, mesmo que momentânea, de a criança ou adolescente permanecer junto à sua família natural”.

A família substituta pode ser provisória, em casos como o da Guarda, temporária como na Tutela, ou definitiva, como na Adoção. É a recomposição de uma família onde a criança ou adolescente passará a ser cuidado por uma família que o queira, inclusive estrangeira, desde que tenha autorização judicial para isto, ou por um parente do menor.

Atualmente as normas que regulamentam a colocação de crianças e adolescentes em lares de famílias substitutas no Brasil, estão inseridas na Lei nº 8.069/90 que dispõe sobre o ECA, com nova redação dada pela Lei 10.010/09.

O artigo 28 do ECA, em seu § 3º informa os critérios para a colocação em família substituta, devendo ser levado em conta o grau de parentesco, afinidade e afetividade do adotando com o adotante, no § 4º demonstra a preocupação em se manter os vínculos fraternais, determinando que irmãos não devam ser separados quando da colocação em família substituta.

Ainda, no § 5º do mesmo artigo determina que a precedência de colocação de criança ou adolescente deve ser por uma preparação gradativa, disponibilizando também acompanhamento posterior.

A guarda, uma das modalidades de colocação em família substituta, vem regularizada nos artigos 33 a 35 do ECA. Ensinam Rossato, Lépure e Cunha⁸ (2010, p. 169) que a guarda se destina a regularizar a posse de fato, obrigando a “prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de

⁷ ROSSATO, Luciano ALVES,; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado** – Lei nº 8.079/90. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

⁸ ROSSATO, Luciano ALVES,; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado** – Lei nº 8.079/90. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

opor-se a terceiros, inclusive a seus pais”. Bittencourt⁹ assevera que a guarda de fato provém do ato de alguém tomar a seu cargo a criação e a educação do menor, sem a intervenção do juiz. O guardião possui as funções de um verdadeiro pai, excetuando-se apenas a atribuição do pátrio poder, assim, o menor é considerado legalmente dependente do seu defensor.

Ao se analisar a tutela (art. 36-38 do ECA) se conclui que a mesma é um poder conferido a uma pessoa capaz, cuja finalidade é a proteção e assistência a criança e/ou adolescente e administração aos seus bens. Diniz¹⁰ conceitua a tutela como “um complexo de Direitos e Obrigações, conferidos pela lei, a um terceiro, para que proteja a pessoa de um menor, que não se ache sob o pátrio poder, e administre seus bens”. Verifica-se através desse conceito, que o escopo da tutela é substituir o pátrio poder.

A adoção é a única forma de inserção da criança e/ou adolescente, de maneira definitiva, no seio de uma família substituta. Através da adoção a criança e/ou adolescente rompe com os vínculos anteriores e passa a ter todos os direitos e deveres de filho natural.

2.1 O valor jurídico do afeto na adoção a luz do ECA e da Constituição Federal de 1988

Nossa Constituição de 1988, em seu art. 227, declara comprometimento com os direitos da criança e do adolescente. É com fundamento em nossa Carta Magna que se criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), para proteger e resguardar tais direitos.

O ECA consubstanciado no princípio da proteção integral à criança e ao adolescente considera seus destinatários como sujeitos de direito, contrariamente ao Código de Menores que os considerava como objetos de direito. Dessa forma, entre os diversos direitos elencados na Lei n.º 8.069/90, com nova redação dada pela Lei 10.010/09, dispõe que toda a criança ou adolescente tem o direito fundamental de ser criado no seio de uma família, seja esta natural ou substituta.

Entre as modalidades de colocação em família substituta, encontramos a adoção, medida de caráter excepcional, mas irrevogável, que atribui a condição de filho ao adotado, impondo-lhe todos os direitos e deveres inerentes à filiação.

⁹ BITTENCOURT, Edgard de Moura. **Guarda de Filhos**. 2ª ed. São Paulo: Leud, 1981.

¹⁰ DINIZ, Maria Helena. **Direito Civil Brasileiro**. 15ª ed. vol. V. São Paulo: Saraiva, 2000.

Explicam Gagliano e Pamplona Filho¹¹ (2011, p. 656-657) que a adoção é “um ato jurídico em sentido estrito, de natureza complexa, excepcional, irrevogável e personalíssimo, que firma a relação paterno ou materno-filial com o adotando, em perspectiva constitucional isonômica em face da filiação biológica”.

Gagliano e Pamplona Filho¹² (2011) ensinam que outrora a adoção era regulada pelo Código Civil brasileiro e pelo ECA e que esta duplicidade normativa se dava pela existência de uma adoção civil (para maiores de dezoito anos) e outra estatutária (para crianças e adolescentes), o que gerava grande insegurança jurídica.

Com o advento da Lei 12.010/09 a adoção passou a ser regulada pelo ECA, que conforme ensinam Gagliano e Pamplona Filho¹³ (2011) passa a ter aplicação subsidiária no que concerne a adoção de maiores de dezoito anos..

Embora as normas estabelecidas no ECA visem sempre pela a proteção da criança e do adolescente, Dias¹⁴ (2011) ressalta que a legislação brasileira vem burocratizando demais o processo de adoção, com a obsessão de esgotar os recursos de manutenção da criança e do adolescente no seio da família natural.

Dias¹⁵ (2011, p. 497) explica que o ECA determina que:

...em cada comarca ou foro regional, haja um duplo cadastro: um de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas em adotar (ECA 50)¹⁶. Porém adverte, que existe uma exacerbada tendência de sacralizar a lista de preferência e não admitir, em hipótese nenhuma, a adoção por pessoas não inscritas.

Esta determinação dificulta a adoção por pessoas que não se encontram inscritas. A questão é muito bem explicada por Dias¹⁷ (2011) quando diz que em algumas situações há o

¹¹ GAGLIANO, Paplo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil** – Direito de Família. Vol. IV. São Paulo: Saraiva, 2011.

¹² GAGLIANO, Paplo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil** – Direito de Família. Vol. IV. São Paulo: Saraiva, 2011.

¹³ GAGLIANO, Paplo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil** – Direito de Família. Vol. IV. São Paulo: Saraiva, 2011.

¹⁴ DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

¹⁵ DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

¹⁶ ART. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

¹⁷ DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

desejo da mãe de entregar o filho a determinada pessoa. Este tipo de adoção é definida, pela doutrina pátria, como adoção *intuitu personae*.

Nestes casos, a criança poderá ser adotada por aquele que a seqüência do cadastro determinar e não por quem acaba de ser inscrito ou se quer se inscreveu, muitas vezes por nunca ter imaginado que adotaria uma criança ou adolescente, mas que foi levado a querer adotar por circunstâncias inesperadas.

A lei 12.010/09 flexibilizou tal determinação do ECA ao alterar o art. 50, § 13 do referido diploma legal, melhorando o desenrolar do processo de adoção.

Dias (2011, p.483)¹⁸ declara que “a verdadeira paternidade funda-se no desejo de amar e ser amado, mas é incrível como a sociedade ainda não vê a adoção como deve ser vista”.

A adoção ganha relevo significativo quando se depara com a força do estigma, ainda enfrentado por aqueles que optam por uma orientação sexual diferente da dos padrões mais verificados, ou seja, aqueles que vivem em união estável homoafetiva.

No tópico a seguir se deseja realizar uma reflexão sobre adoção por par homoafetivo, verificando o tratamento dado em outros países e, com maior enfoque, no Brasil.

3 ADOÇÃO HOMOPARENTAL

Conforme Souza¹⁹ (2009) “entende-se por adoção homoparental aquela adoção requerida por duas pessoas do mesmo sexo que vivem em união estável homoafetiva, ou seja, é adoção por casais homossexuais.

Como adverte Dias²⁰ (2004) o mundo se divide em três blocos: Os liberais estão compostos pelos países nórdicos, onde a união homoafetiva já foi legalizada, a exemplo da Dinamarca, Noruega, Holanda que prevê o casamento, a adoção, entre outros direitos. Os conservadores compreendem aos mulçumanos, onde existe até a pena de morte para quem pratica

¹⁸ Dias, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

¹⁹ SOUZA, Áurea Maria Ferraz de. **Que se entende por adoção homoparental?** Disponível em: <<http://fg.jusbrasil.com.br/noticias/1629607/que-se-entende-por-adocao-homoparental-aurea-maria-ferraz-de-sousa>>. Acesso em 13/09/11.

²⁰ DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre homoafetividade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

essa relação. Os intermediários são os que compõem o maior bloco, aonde vem se discutindo acerca da relação homoafetiva, a exemplo do Brasil.

3.1 Países que reconhecem juridicamente a adoção homoafetiva

Na Holanda, preleciona Silva²¹ (2009), em setembro de 2000 o Parlamento aprovou, por maioria absoluta, a Lei que permite a união entre homossexuais, incluindo o divórcio e a adoção de crianças e/ou adolescentes. O casal homoafetivo poderá optar entre a parceria registrada e o matrimônio, Caso deseje requerer a adoção conjunta deverá ser casado, com coabitação de no mínimo três anos, sendo-lhe facultado também a possibilidade de adoção individual.

Em 2002 na Noruega, ensina Barcellos²² (2011), foi autorizada a adoção de crianças e/ou adolescentes, inclusive a dos filhos dos parceiros homoafetivos.

Em 2002 na Califórnia, conta Guerin²³ (2009), entrou em vigor a Lei que autoriza a adoção por par homoafetivo. A adoção é deferida tomando por base os interesses do adotando. A certidão de nascimento nesses casos será alterada, passando a constar como duas mães ou dois pais.

A Suíça, explica Silva²⁴ (2009), recentemente admitiu a adoção por pares homoafetivos, embora o Estado não autorize o casamento, mas somente o registro da união civil.

Vargas²⁵ (2006) relata que a Inglaterra, em 2005, permitiu o casamento entre pes-

²¹ SILVA, Danielli Gomes Lamenha e. Direito à adoção de crianças e adolescentes por pares homossexuais. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/14587/direito-a-adocao-de-criancas-e-adolescentes-por-pares-homossexuais>>. Acesso em 07/09/11.

²² BARCELLOS, Cid Pavão. **União homoafetiva - STF deve se debruçar sobre união homoafetiva.** Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2011-fev-04/supremo-tribunal-federal-debrucar-uniao-homoafetiva>>. Acesso em 07/09/11.

²³ GUERIN, Camila Rocha. **Adoção e união homoafetiva.** Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=524>>. Acesso em 07/09/11.

²⁴ SILVA, Danielli Gomes Lamenha e. Direito à adoção de crianças e adolescentes por pares homossexuais. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/14587/direito-a-adocao-de-criancas-e-adolescentes-por-pares-homossexuais>>. Acesso em 07/09/11.

²⁵ VARGAS, Fábio de Oliveira. **A proteção da união homossexual no direito internacional.** Disponível em <<http://jus.com.br/revista/texto/10266/a-protacao-da-uniao-homossexual-no-direito-internacional>>. Acesso em 07/09/11.

soas do mesmo sexo, embora, assim como ocorre na França, apenas os homossexuais solteiros podem adotar crianças e/ou adolescentes. Os casais não possuem esse direito.

O Uruguai, conforme se desprende notícia vinculada no site Consultor Jurídico²⁶, em setembro de 2009, tornou-se o primeiro país latino-americano a legalizar a adoção de crianças por casais homossexuais.

3.2 A adoção no Brasil por casal homoafetivo

A mais alta Corte brasileira, o Supremo Tribunal Federal – STF ao reconhecer, por unanimidade, em maio deste ano de 2011, a união estável entre casais do mesmo sexo, abre um precedente histórico que deve ser seguido pelas outras instâncias da Justiça e pela administração pública. O Ministro Marco Aurélio de Melo²⁷ disse que o Estado deve aplicar o mesmo tratamento dado as uniões estáveis heterossexuais, quanto às uniões homoafetivas. Não havendo motivo que justifiquem que esse direito não seja reconhecido, frisando que: “Toda pessoa tem o direito de constituir família, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero”. Terminada a votação, relata Haidar (2011, p.1) os ministros destacaram que o Congresso Nacional deixe de ser omissivo em relação ao tema e regule as relações que surgirão a partir da decisão do Supremo.

Ao tutelar a união homossexual como família, o STF procurou ponderar os princípios norteadores do atual Direito de Família, consubstanciados na Carta Magna, rechaçando valores ultrapassados, os quais se encontram em descompasso com a realidade contemporânea.

Desse modo, abre-se a possibilidade dos casais homoafetivos, que vivem em união estável, adotarem conjuntamente criança ou adolescente, atendendo ao melhor interesse daqueles que aguardam o momento de serem inseridos em uma família substituta.

²⁶ CONSULTOR JURÍDICO. Parlamento uruguaio aprova adoção por casais gays. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-set-10/parlamento-uruguaio-aprova-adocao-criancas-casais-gays>> Acesso em 08/09/11.

²⁷ HAIDAR, Rodrigo. **A Quarta Família** – Supremo reconhece união estável homoafetiva. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-mai-05/supremo-tribunal-federal-reconhece-uniao-estavel-homoafetiva>> Acesso em 13/09/11.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na Apelação Cível nº 70031574833²⁸, decidiu acerca da possibilidade da adoção por casal homoafetivo, observando que essas uniões são consideradas como entidade familiar, mostrando que não há qualquer prejuízo à criança e adolescente de serem adotados por um casal do mesmo sexo.

Em seu voto o Desembargador André Luiz Planella Villarinho, explica que o “eventual preconceito que possa advir à criança, pelo fato de possuir duas mães em seu registro de nascimento, será, com certeza, infinitamente menos nocivo do que as agruras que experimentaria, caso viesse a crescer sem lar e sem família, na indiferença e isolamento de um abrigo para menores”.

O Tribunal do Estado do Paraná²⁹ também já se manifestou no sentido de possibilitar a adoção por casais do mesmo sexo em seu Acórdão 529.976-1, tendo como relator o Desembargador D’Artgnan Serpa Sa, em decisão proferida em 2009, afirmando que as uniões homoafetivas são reconhecidas como entidade familiar merecendo tutela legal, não havendo, portanto, empecilho para a adoção por pares do mesmo sexo.

Atualmente, muitos de nossos tribunais pátrios vêm dispensando um tratamento digno e respeitoso ao que tange a adoção por casais homoafetivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se que a adoção conjunta por par homoafetivo, quando reconhecida juridicamente, atende as necessidades emocionais daquele que aguarda ansioso a possibilidade de ser inserido em uma família, de modo a vir apresentar melhor desenvolvimento de suas potencialidades.

Possibilitar às crianças ou adolescentes o acesso a família é no entendimento de Matos²⁹ (2006, p. 89) “atender a diversos de seus direitos fundamentais, como educação, ali-

²⁸ JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/?as_q=&tb=proc>. Acesso em 14/09/11.

²⁹ JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.tjpr.jus.br/jurisprudencia>>. Acesso em 14/09/11.

²⁹ MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **Filiação e Homossexualidade** – Anais do V Congresso Brasileiro de Direito de família (IBDFAM) – Família e Dignidade Humana – Coordenação de Rodrigo da Cunha Pereira. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

mentação qualificada, lazer e principalmente o afeto personalizado, especial zelo, o qual é fundamental para a sua constituição enquanto pessoa”.

Destarte, a falta de reconhecimento jurídico desse tipo de adoção, situação que já ocorre de fato, haja vista o grande número de casais homossexuais que na ânsia de adotar uma criança ou adolescente, optam por realizar a adoção individual. A adoção de fato obsta ao adotando – justamente aquele que deve estar tutelado de forma privilegiada - a fruição de direitos amplamente consagrados na Constituição Federal de 1988 e no ECA, tais como: pensão por morte daquele que juridicamente não possui laços com o adotando, pensão alimentícia no caso de separação de seus pais de fato, entre outros. Matos³⁰ (2006, p. 92) explica que “os eventuais efeitos jurídicos pretendidos não se operam automaticamente em razão da ausência de formalidade de um dos parceiros”.

Desta forma, o processo de adoção, atendidos os requisitos pré-estabelecidos pelo ECA, , a luz do § 2º do art. 42, deve ser permeado pelo princípio da isonomia, visando não somente coibir a discriminação de homossexuais ou de pares homoafetivos, mas principalmente atender ao superior interesse das crianças ou adolescentes a terem uma família.

Assim, defende-se aqui não apenas a inclusão da possibilidade da adoção ser realizada por par homoafetivo, mas sim a isonomia de tratamento ao casal homossexual que deseja participar do processo de adoção, pois não se pode em nome do preconceito, que permeia ainda nossa sociedade, privar crianças ou adolescentes do convívio de uma família.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Cid Pavão. **União homoafetiva** - *STF deve se debruçar sobre união*

³⁰ MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **Filiação e Homossexualidade** – Anais do V Congresso Brasileiro de Direito de família (IBDFAM) – Família e Dignidade Humana – Coordenação de Rodrigo da Cunha Pereira. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

FERRARI, Adriana; et al. Adoção Conjunta Por Casais Homoafetivos. Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR – Brasil. Ano IV, nº 10, jun/dez 2013. ISSN 2175-7119.

homoafetiva. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2011-fev-04/supremo-tribunal-federal-debrucar-uniao-homoafetiva>> Acesso em 07/09/11.

BITTENCOURT, Edgard de Moura. **Guarda de Filhos**. 2ª ed. São Paulo: Leud, 1981.

CONSULTOR JURÍDICO. Parlamento uruguaio aprova adoção por casais gays. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-set-10/parlamento-uruguaio-aprova-adocao-criancas-casais-gays>> Acesso em 08/09/11.

DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre homoafetividade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, Maria Helena. **Direito Civil Brasileiro**. 15ª ed. vol. V. São Paulo: Saraiva, 2000.

GAGLIANO, Paplo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil – Direito de Família**. Vol. IV. São Paulo: Saraiva, 2011.

GUERIN, Camila Rocha. **Adoção e união homoafetiva**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=524>>. Acesso em 07/09/11.

Haidar, Rodrigo. **A Quarta Família** – Supremo reconhece união estável homoafetiva. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-mai-05/supremo-tribunal-federal-reconhece-uniao-estavel-homoafetiva>>. Acesso em 13/09/11.

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.tjpr.jus.br/jurisprudencia>> Acesso em 14/09/11>.

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/?as_q=&tb=proc> Acesso em 14/09/11.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **Filiação e Homossexualidade** – Anais do V Congresso Brasileiro de Direito de família (IBDFAM) – Família e Dignidade Humana – Coordenação de Rodrigo da Cunha Pereira. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

ROSSATO, Luciano ALVES,; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado** – Lei nº 8.079/90. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SILVA, Danielli Gomes Lamemha e. Direito à adoção de crianças e adolescentes por pares homossexuais. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/14587/direito-a-adocao-de>>

FERRARI, Adriana; et al. Adoção Conjunta Por Casais Homoafetivos. Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR – Brasil. Ano IV, nº 10, jun/dez 2013. ISSN 2175-7119.

[criancas-e-adolescentes-por-pares-homossexuais Acesso em 07/09/11](#)>.

SOUZA, Áurea Maria Ferraz de. **Que se entende por adoção homoparental?** Disponível em: <<http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1629607/que-se-entende-por-adocao-homoparental-aurea-maria-ferraz-de-sousa>>. Acesso em 13/09/11.

VARGAS, Fábio de Oliveira. **A proteção da união homossexual no direito internacional.** Disponível em <<http://jus.com.br/revista/texto/10266/a-protecao-da-uniao-homossexual-no-direito-internacional> Acesso em 07/09/11>.